DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS
CBPCE



RELATÓRIO INSTITUCIONAL FINAL

ECONOMIA AZUL

Conexões e oportunidades para o mar do Ceará

CÂMARA BRASIL PORTUGAL NO CEARÁ

OUTUBRO 2026

ROTEIRO DE LEITURA

Quatro partes. Uma agenda para o futuro do mar.



SUMÁRIO

01 Do contexto ao diálogo

02 O que o diálogo revelou

03 Frentes estratégicas para o Ceará

04 Do diálogo às propostas de ação

A cooperação Ceará–Portugal é tratada como dimensão transversal.

RELATÓRIO INSTITUCIONAL

DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS

Economia Azul

Conexões e oportunidades para o mar do Ceará

PUBLICAÇÃO COLABORATIVA

Do diálogo às convergências: caminhos para uma agenda de ação para o Ceará.

Câmara Brasil Portugal no Ceará Diretoria de Economia do Mar

RELATÓRIO INSTITUCIONAL FINAL | OUTUBRO 2026

APRESENTAÇÃO

Apresentação do relatório

Este relatório consolida os resultados dos Diálogos Estratégicos em Economia Azul, realizados em 1º de setembro de 2026. Não reproduz o encontro como ata nem substitui o caderno de contexto distribuído previamente. Seu objetivo é identificar o que emergiu da conversa, conectar contribuições que se reforçam ou se tensionam e organizar uma agenda capaz de orientar próximos passos.

A elaboração do relatório considera três camadas documentais: o caderno de participação e contexto preparado antes do evento; a transcrição do encontro realizado em 1º de setembro de 2026; e as contribuições complementares encaminhadas posteriormente pelos participantes. As manifestações orais são utilizadas como fonte de ideias e posições. Os materiais posteriores aprofundam temas que ganharam densidade depois do encontro.

CRITÉRIO DE LEITURA

O Ceará já possui uma Economia Azul. O desafio agora é conectá-la, ampliar o valor gerado por suas diferentes atividades e assegurar que uma parcela maior desse valor permaneça no território, fortaleça as comunidades e se converta em desenvolvimento sustentável.

Ao longo do relatório, as contribuições individuais são mantidas com atribuição nominal. As leituras construídas a partir da convergência de diversas falas correspondem à síntese institucional da organização. As propostas que extrapolam o conteúdo diretamente manifestado no encontro são identificadas como caminhos para aprofundamento, não como deliberações formalmente aprovadas.

Estrutura do relatório

- A Parte I recupera, de forma sintética, o contexto que antecedeu o encontro e explica a mudança de foco provocada pelo diálogo.
- A Parte II organiza as principais ideias-força que atravessaram diferentes intervenções.
- A Parte III traduz essas ideias em frentes estratégicas para o Ceará, sem pretensão de esgotar a agenda.
- A Parte IV organiza a passagem do diálogo ao plano de ação, distinguindo propostas com maior maturidade, temas que exigem aprofundamento e questões ainda abertas.
- A cooperação Ceará–Portugal é tratada como dimensão transversal, e não como capítulo protocolar isolado.



Cibele Gaspar, Patrícia Campos e Layana Pontes



Clivânia Teixeira



NA FOTO Felipe Goyanna

PARTE 01 / ECONOMIA AZUL

Do contexto ao diálogo

REGISTRO DO ENCONTRO · 1º DE SETEMBRO DE 2026

CBPCE

01 Uma economia que já existia antes do nome

A Economia Azul cearense não surgiu quando a expressão entrou na agenda institucional. Pesca, aquicultura, portos, turismo, esportes náuticos, construção naval, ciência do mar, comunidades costeiras e cadeias de serviços relacionadas ao oceano já participavam da economia e da identidade do Estado muito antes de passarem a ser observadas como componentes de um mesmo sistema.

O que se tornou mais evidente nos últimos anos foi uma nova forma de leitura. Atividades antes analisadas separadamente começaram a ser percebidas nas suas interdependências: porto e energia; pesca e segurança alimentar; turismo e ordenamento costeiro; ciência e inovação; educação e pertencimento; conservação e atividade econômica; infraestrutura física e infraestrutura digital.

O caderno distribuído antes dos Diálogos Estratégicos tinha justamente a função de oferecer uma base comum para essa conversa. Sua pergunta orientadora era ampla: que oportunidades, desafios e propostas deveriam integrar uma agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável do mar do Ceará? Mais do que antecipar respostas, o documento buscava ajudar a formular perguntas melhores.

> “A mudança central não é o aparecimento de uma nova economia. É o surgimento de uma nova forma de enxergar — e potencialmente governar — uma economia que já existia.”
>
> Caderno de contexto dos Diálogos Estratégicos

02 Um encontro desenhado para fazer as ideias se encontrarem

O formato do encontro foi deliberadamente diferente de uma sequência de palestras. Representantes do setor produtivo, poder público, academia, entidades empresariais e sociedade civil foram convidados a apresentar, em poucos minutos, uma ideia, um problema, uma oportunidade ou uma proposta. A dinâmica pretendia estimular síntese, diversidade de perspectivas e, sobretudo, conexão entre falas.

A brevidade das intervenções foi compensada por uma segunda camada: participantes poderiam encaminhar textos, estudos, apresentações e referências para aprofundar seus pontos. A publicação agora construída é a etapa prevista desde o início para transformar manifestações individuais em memória coletiva, curadoria temática e agenda de continuidade.

Patrícia Campos destacou que os Diálogos Estratégicos foram concebidos para aproximar setor produtivo, academia, governo e entidades empresariais em torno de temas relevantes para o desenvolvimento do

Ceará. Defendeu que a Economia Azul representa uma oportunidade de promover inovação, competitividade e sustentabilidade, fortalecendo também as conexões entre Ceará, Brasil e Portugal.

Clivânia Teixeira apresentou a metodologia participativa do encontro, explicando que as contribuições seriam sistematizadas em um documento coletivo de referência. Destacou a importância de transformar o diálogo em propostas concretas e ampliar o envolvimento de diferentes instituições na construção da agenda da Economia Azul.

Rômulo Alexandre Soares propôs uma reflexão sobre a relação histórica, cultural, econômica e internacional do Ceará com o mar. Defendeu que o oceano deve ser compreendido como um território de oportunidades que conecta o Estado ao mundo e que a Economia Azul exige uma visão integrada envolvendo pesca, energia, turismo, logística, esportes, Cultura Oceânica, biotecnologia e inovação. Também ressaltou a importância de construir coletivamente uma agenda estratégica para o mar do Ceará.

O encontro confirmou a transversalidade da Economia Azul, mas também deslocou a conversa. A pergunta deixou de ser apenas “quais ativos o Ceará possui?” e passou, repetidamente, a ser “como transformar esses ativos em desenvolvimento efetivo, com capacidade de execução e retenção de valor no território?”.

03 O ponto de inflexão: do potencial à retenção de valor

O Ceará aparece no debate como território dotado de uma combinação incomum de ativos: litoral extenso, posição atlântica, dois portos relevantes, tradição pesqueira, indústria naval, turismo costeiro, esportes de vento, produção científica, infraestrutura de dados, recursos energéticos e novas agendas de transição energética. O problema não é a ausência de vocações.

A questão que atravessou o encontro foi a capacidade de converter essas vocações em cadeias produtivas locais, empregos qualificados, renda, inovação, fornecedores, infraestrutura, formação profissional, receitas públicas bem aplicadas e melhorias concretas para comunidades e territórios. Em outras palavras, a discussão evoluiu de “quanto o mar pode produzir?” para “quanto desse valor permanece no Ceará, com quem permanece e que transformação produz?”.



PARTE 02 / ECONOMIA AZUL

O que o diálogo revelou

04 Primeira ideia-força: gerar riqueza não basta, é preciso reter valor

Uma das convergências mais fortes surgiu em falas provenientes de setores muito diferentes. Na pesca artesanal, **Eduardo Fontenele** chamou atenção para a parcela do valor final que deixa de chegar ao pescador em razão de fragilidades na conservação, comercialização, acesso à informação e poder de negociação. Sua contribuição posterior amplia essa questão para toda a Economia Azul: não basta conhecer a participação no PIB; é necessário medir encadeamentos, compras locais, emprego, renda e distribuição dos ganhos.

Na agenda de óleo e gás, a mesma preocupação reaparece sob outra linguagem. **Jamiro Dias** defende que o Ceará deve buscar capturar serviços, bases logísticas, construção e reparação naval, manutenção, engenharia, operações submarinas e formação profissional associadas à Margem Equatorial. O argumento é especialmente relevante porque o protagonismo econômico do Estado não dependeria apenas da existência de grandes reservas em águas cearenses, mas da capacidade de se tornar plataforma de serviços para uma cadeia regional.

Cibele Gaspar introduziu um alerta semelhante do ponto de vista financeiro e federativo: a existência de uma nova fonte de royalties ou receitas não assegura, por si, desenvolvimento regional. A discussão sobre critérios de distribuição e instrumentos de financiamento precisa ocorrer antes de a riqueza estar constituída, e não depois.

Cibele Gaspar chamou atenção, de modo específico, para projetos de lei de destinação dos royalties da Margem Equatorial em tramitação na Câmara Federal e questionou a ausência de maior protagonismo na proposta das instituições de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Sua contribuição propõe antecipar o debate sobre governança, territorialização e aplicação dos recursos, para que eventuais receitas fortaleçam as regiões diretamente envolvidas.

No Pecém, a contribuição posterior de **Irineu Guimarães** desloca a captura de valor para a dimensão urbana e tecnológica: porto, energia, indústria, ZPE e território já são ativos relevantes; o próximo passo seria construir um ecossistema de conhecimento, inovação e qualidade urbana capaz de transformar infraestrutura em centralidade econômica de maior densidade.

A PERGUNTA QUE ORIENTA OS RESULTADOS

Quanto da riqueza gerada pelas atividades ligadas ao mar permanece no Ceará, movimenta outras atividades locais e chega efetivamente às comunidades?

05 Segunda ideia-força: o gargalo está cada vez mais na execução

O caderno inicial já colocava como desafio transformar vocações dispersas em estratégia compartilhada. Durante o encontro, essa percepção ganhou força. **Roberto Gradvoll** destacou a distância entre projetos desejados e a capacidade de implementá-los. **Luiz Eugênio** foi ainda mais direto ao insistir que a agenda precisa produzir entregáveis, projetos e plano de ação, sob pena de permanecer apenas no campo das intenções.

Roberto Gradvoll associou esse desafio de execução às condições básicas para uma Economia Azul saudável, como saneamento nos municípios costeiros, estradas e segurança. Defendeu a participação articulada do poder público e da iniciativa privada e apontou a dificuldade recorrente de fazer convergir instituições e projetos até a implementação.

Essa percepção também aparece na defesa de um cluster marítimo cearense, proposta apresentada pelo **Elis Treidler Öberg**. A ideia não é criar mais uma entidade apenas para representar setores, mas construir um ambiente de cooperação competitiva que reúna empresas, universidades, órgãos públicos, centros de pesquisa e organizações conectadas ao mar. O cluster seria, nessa leitura, um mecanismo para reduzir a fragmentação, estruturar inteligência competitiva, aproximar financiamento e projetos e acelerar respostas a oportunidades que possuem janelas temporais concretas.

O **Elis Treidler Öberg** acrescentou que atividades ligadas ao mar não devem ser automaticamente qualificadas como Economia Azul. Para receber um verdadeiro “selo azul”, precisam demonstrar sustentabilidade ambiental, valor social e governança compatível com a conservação dos ecossistemas. O conceito pode orientar critérios de certificação e ajudar a distinguir desenvolvimento azul de mera exploração econômica do espaço marítimo.

Marina Rocha apresentou a Blue Ceará sob lógica complementar: criar uma infraestrutura de conexão e inteligência para que atores, agendas, oportunidades, conteúdos e iniciativas não permaneçam isolados. A governança da Economia Azul não depende de uma única instituição; depende de uma arquitetura capaz de fazer instituições diferentes operarem de forma mais coordenada.

Edna Câmara apresentou a Expolog como uma plataforma de integração entre logística, comércio exterior, inovação e desenvolvimento econômico. Ressaltou o desafio de manter um evento tradicional permanentemente inovador e atrativo, ampliando seu alcance para novos públicos e setores produtivos. Defendeu a criação de ambientes de negócios capazes de conectar diferentes cadeias econômicas ligadas ao mar.

Ao detalhar essa plataforma, **Edna Câmara** destacou a ampliação da Expolog para agendas como agronegócio, inovação e empreendedorismo feminino, com o objetivo de diversificar públicos e criar novas conexões de negócios. A experiência ilustra como eventos consolidados podem funcionar como espaços permanentes de convergência entre cadeias produtivas.

> “Se não tiver entregável, a agenda corre o risco de permanecer romântica.”
>
> Síntese de uma provocação feita durante o encontro

06 Terceira ideia-força: a Economia Azul é um sistema territorial

Outra convergência importante foi a insuficiência de tratar a Economia Azul como sinônimo de atividades localizadas na linha de costa. **Anya Ribeiro** insistiu na conexão entre mar, rios, aquíferos, interior e comunidades, defendendo que os benefícios associados ao oceano devem alcançar também os territórios conectados pelas bacias hidrográficas. Essa leitura dialoga com a provocação já presente no caderno: a saúde do oceano depende das bacias hidrográficas, e as oportunidades econômicas associadas ao mar repercutem para além dos municípios costeiros.

Esse olhar sistêmico também aparece nos conflitos de uso. Energia, pesca, turismo, navegação, esportes, conservação, infraestrutura e comunidades disputam e compartilham espaços. Instrumentos de planejamento costeiro e o Planejamento Espacial Marinho ganham, portanto, dimensão econômica e não apenas ambiental. Planejar significa pactuar usos, reconhecer assimetrias entre atores e reduzir incertezas para investimento e conservação.

A infraestrutura básica também integra essa geografia. Saneamento, acessos, segurança, gestão urbana e qualidade territorial foram apontados como condições para que turismo, pesca, indústria e atividades costeiras possam crescer sem degradar os ativos que sustentam sua própria competitividade.

Anya Ribeiro também alertou para a descontinuidade entre governos e gestões municipais, que pode interromper projetos territoriais e impedir a consolidação de resultados. A continuidade institucional deve, por isso, ser tratada como requisito de execução, com compromissos, indicadores e mecanismos de acompanhamento capazes de atravessar mudanças administrativas.

07 Quarta ideia-força: conhecimento, cultura e instituições também são infraestrutura azul

O debate mostrou que infraestrutura não pode ser reduzida a portos, estradas, linhas de transmissão, estaleiros ou data centers. A capacidade de uma economia territorial capturar valor depende igualmente de capital humano, ciência, dados, regulação, educação e cultura.

Thais Pileggi trouxe a Cultura Oceânica para o centro da conversa ao defender que não existe Economia Azul de longo prazo sem educação. O Programa Escola Azul conecta escolas a uma rede de aprendizagem

sobre a relação entre sociedade e oceano e oferece uma possibilidade concreta de ampliar o pertencimento marítimo das novas gerações.

Célio Fernando tratou arte, literatura e cultura como fundamentos de pertencimento e da relação da sociedade com o mar. Literatura, música, memória, jangadas, comunidades e narrativas históricas integram essa construção simbólica e ajudam a definir o mar que a sociedade reconhece como seu, os valores que deseja preservar e as transformações que considera legítimas. **Célio Fernando** destacou ainda que o Currículo Azul, ao ser incorporado ao Sistema Nacional de Educação, passa a ocupar um espaço muito maior da educação sobre os oceanos, deixando de ser iniciativa pontual para tornar-se política educacional estruturante, e parabenizou **Rômulo**, **Tarin** e **Thais** pela participação, junto ao MEC, na construção desse momento do Currículo Azul. Recorrendo à metáfora que dá título ao livro A-Mar e as On-das, de **Célio Fernando**, sintetizou essa leitura: o A-Mar é pertencimento e as On-das são os ciclos, e o olhar da poesia traduz, em imagem, conceitos que aspiram a um ethos global.

Na formação profissional, a agenda é igualmente concreta. Novas cadeias de energia, logística, construção naval, manutenção, dados e operações offshore exigem competências especializadas. O Estado que formar pessoas antes da consolidação dessas cadeias terá maior capacidade de capturar empregos, serviços e inovação.

08 Quinta ideia-força: cooperação internacional precisa gerar projetos

A presença da Câmara Brasil Portugal no Ceará não é circunstancial. Portugal acumulou experiências relevantes em planejamento marítimo, portos, economia do oceano, educação, ciência, energias, turismo e instrumentos de governança. O Ceará possui ativos complementares: escala territorial, posição atlântica, recursos naturais, matriz renovável, infraestrutura portuária e um ecossistema institucional em formação.

O encontro sugere, contudo, que a cooperação precisa avançar da afinidade institucional para projetos concretos. Em vez de um capítulo final genérico sobre internacionalização, a relação Ceará–Portugal pode atravessar as frentes da publicação: qualificação profissional, intercâmbio acadêmico, planejamento espacial, inovação portuária, esportes náuticos, Cultura Oceânica, financiamento, tecnologia, acesso a mercados e desenvolvimento de fornecedores.



NA FOTO **Ricardo Parente**

PARTE 03 / ECONOMIA AZUL

Frentes estratégicas para o Ceará

REGISTRO DO ENCONTRO · 1º DE SETEMBRO DE 2026

CBPCE

As frentes abaixo não são setores estanques. Elas reúnem áreas de ação interdependentes e orientam a passagem das convergências identificadas no diálogo para iniciativas capazes de produzir resultados mensuráveis. Em cada frente, o desafio é combinar geração e retenção de valor, capacidade de execução e impacto territorial.

09 Retenção de valor, encadeamentos e métricas

A primeira frente é metodológica e econômica: saber não apenas o tamanho da Economia Azul, mas a qualidade do desenvolvimento que ela produz. Uma métrica estadual deve ser capaz de observar efeitos diretos e indiretos, renda, empregos, fornecedores locais, produtividade, distribuição territorial e participação de comunidades e pequenos produtores.

Essa abordagem permite comparar atividades não apenas pelo valor bruto gerado, mas pela capacidade de criar encadeamentos dentro do Estado. Uma cadeia que compra localmente, demanda serviços especializados, forma pessoas e reinveste no território pode produzir efeitos econômicos mais amplos do que outra de dimensão semelhante, porém fortemente dependente de insumos e decisões externas.

10 Pesca e aquicultura: produtividade com valor na origem

A pesca ocupa um lugar especial porque reúne economia, cultura, segurança alimentar e modos de vida. As intervenções apontaram para um contraste: o Ceará possui desempenho relevante na produção e exportação de pescados, enquanto parte da produção primária, especialmente artesanal, enfrenta gargalos de infraestrutura, conservação, sanidade, comercialização, rastreabilidade e renovação geracional.

Felipe Goyanna apresentou o protagonismo do Ceará na cadeia dos pescados, destacando a liderança do Estado na produção de lagosta, atum, camarão cultivado e peixes ornamentais. Alertou que, apesar da competitividade industrial, a produção primária enfrenta gargalos sanitários que limitam o acesso a mercados internacionais, especialmente o europeu. Defendeu investimentos em modernização, qualificação e melhoria das condições de produção para ampliar a competitividade do setor.

Em sua intervenção, **Felipe Goyanna** também registrou que o pescado brasileiro enfrenta restrições de acesso ao mercado europeu desde 2018, relacionadas a requisitos sanitários. A superação desse obstáculo exige avanços sobretudo na produção primária, incluindo embarcações, manejo, controles sanitários e integração com uma indústria processadora já competitiva.

Uma agenda de modernização precisa evitar uma falsa escolha entre competitividade e inclusão. Melhorar embarcações, cadeia de frio, inspeção sanitária, beneficiamento, rastreabilidade, informação de preços, organização dos produtores e acesso direto ou cooperado a mercados pode aumentar renda sem exigir aumento proporcional da captura. O foco passa a ser produzir melhor e reter mais valor, não apenas produzir mais.

11 Cluster marítimo, serviços e indústria naval

A proposta de um cluster marítimo, apresentada pelo **Elis Treidler Öberg**, aparece como uma das ideias mais estruturantes do encontro. O Ceará já possui empresas, universidades, portos, operadores logísticos, indústria naval, instituições públicas e cadeias tradicionais e emergentes ligadas ao mar. O desafio é criar densidade relacional suficiente para que esses atores compartilhem inteligência, identifiquem lacunas da cadeia, desenvolvam fornecedores, atraiam investimentos e apresentem respostas coordenadas a oportunidades.

Elis Treidler Öberg vinculou a proposta do cluster ao ponto de inflexão vivido pelo Ceará com a convergência entre pesca, turismo e esportes náuticos, Margem Equatorial, energia eólica offshore e outras cadeias emergentes. Ressaltou que o diálogo entre empresas, governos e academia precisa ser permanente para evitar a perda de oportunidades e para que as atividades incorporem efetivamente os critérios de sustentabilidade associados ao selo azul.

A tradição da INACE e a possibilidade de crescimento de serviços offshore mostram que a Economia Azul cearense não precisa permanecer concentrada em atividades primárias. Construção, reparo, engenharia, manutenção, reciclagem, descomissionamento, sistemas submarinos e serviços especializados são oportunidades de maior valor agregado que podem conectar conhecimento local a mercados nacionais e internacionais.



Conexões institucionais durante o encontro · CBPCE

12 Margem Equatorial, descomissionamento e transição energética

A Margem Equatorial foi um dos temas com maior densidade estratégica entre as contribuições. O debate deve ser conduzido com duas cautelas simultâneas: não reduzir a Economia Azul ao petróleo e não ignorar os efeitos econômicos, industriais e logísticos de uma nova fronteira de exploração caso ela avance sob os requisitos legais e ambientais aplicáveis.

Ricardo Parente defendeu um novo olhar para a Economia Azul em um contexto de transformações geopolíticas e tecnológicas aceleradas. Argumentou que o mar deve ser visto como um espaço estratégico para energia, infraestrutura, alimentação e integração global. Em sua avaliação, o Ceará desponta como um dos principais polos de desenvolvimento da Economia Azul no Brasil, impulsionado pela posição estratégica, conhecida como “esquina do Atlântico”, pela infraestrutura portuária avançada e pela ampla disponibilidade de recursos naturais.

A contribuição de **Jamiro Dias** propõe que o Ceará se antecipe na preparação de portos, bases, licenciamento de áreas industriais, qualificação de mão de obra, indústria naval e cadeia de fornecedores. O descomissionamento de campos maduros no litoral cearense aparece como oportunidade de aprendizado e criação de competências que poderão ser úteis também em outras cadeias offshore.

Ao mesmo tempo, o Ceará combina agenda fóssil, eólica, hidrogênio de baixa emissão de carbono e infraestrutura elétrica. A vantagem competitiva pode estar menos em escolher uma cadeia isoladamente e mais em construir capacidades industriais, logísticas e tecnológicas que sejam úteis a diferentes transições e cenários de energia.

Fabiola Rocha acrescentou que o avanço dessas cadeias requer atenção às lacunas regulatórias do descomissionamento, inclusive de estruturas energéticas onshore e offshore, bem como ao reaproveitamento de ativos. Defendeu que o Ceará busque domínio sobre elos de maior valor tecnológico e industrial, evitando limitar-se à exportação de commodities energéticas.

13 Pecém: de plataforma logística a centralidade de inovação

O Complexo do Pecém ocupa posição singular no debate porque concentra porto, indústria, energia, ZPE, território e novas demandas de infraestrutura. A contribuição de **Irineu Guimarães** sugere um passo adicional: construir um distrito de inovação capaz de combinar empresas, tecnologia, pesquisa, ambiente urbano qualificado e sustentabilidade.

A ideia merece aprofundamento porque desloca o debate de infraestrutura para ecossistema. Um porto competitivo pode movimentar cargas; uma centralidade de inovação pode atrair talentos, centros de pesquisa, fornecedores, startups, serviços avançados e investimentos que se beneficiam da proximidade com a infraestrutura física e energética.

14 Turismo, esportes náuticos e economia costeira

Heyner Fortunato apresentou os esportes náuticos não apenas como atividades esportivas, mas como uma cadeia capaz de articular hotelaria, alimentação, transporte, equipamentos, formação, eventos, mídia e pequenos negócios. Destacou a vantagem do Ceará nos esportes de vento e na canoagem oceânica, que projetam internacionalmente os destinos costeiros e ajudam a formar comunidades econômicas especializadas.

A proposta de tratar eventos náuticos como laboratórios de Economia Azul é especialmente promissora. Eventos podem ser acompanhados por universidades e escolas, produzir indicadores de impacto, gerar ações ambientais, testar modelos de segurança e ordenamento e deixar legados para os territórios que os recebem.

Heyner Fortunato sugeriu estruturar um Programa Estadual de Eventos Náuticos Sustentáveis, integrando festivais e regatas já realizados nos municípios a esportes contemporâneos, formação profissional e avaliação de impactos. Também apontou a necessidade de parcerias logísticas para o transporte de equipamentos e embarcações e identificou nessa agenda uma oportunidade de cooperação com Portugal.

Heyner Fortunato propôs ainda a construção de um desafio luso-brasileiro de canoagem oceânica, capaz de conectar atletas, eventos, logística, intercâmbio técnico e promoção territorial entre Ceará e Portugal. A iniciativa oferece um exemplo concreto de cooperação internacional orientada a projeto, com potencial para mobilizar parceiros e produzir resultados demonstráveis.

Rômulo Alexandre Soares e **Armando Abreu** apresentaram o projeto Kite for the Ocean e a atuação do Instituto Winds for Future no enfrentamento da poluição plástica marinha. Destacaram o uso de ecobarreiras para retenção de resíduos em rios urbanos e a mobilização de praticantes de kitesurf para financiar ações de conservação. A iniciativa busca transformar esporte, educação ambiental e engajamento social em instrumentos concretos de proteção dos oceanos.

Segundo os dados apresentados no encontro, o projeto opera 12 ecobarreiras na bacia dos rios Ceará e Maranguapinho e já havia retirado cerca de 470 toneladas de resíduos. A meta anunciada para 2030 é associar um milhão de quilômetros velejados à retirada de um milhão de quilos de resíduos de ambientes costeiros, conectando mobilização esportiva, financiamento e ação ambiental.

Essa expansão, entretanto, depende de preservar acesso público, paisagem, qualidade ambiental, saneamento e segurança. A competitividade do turismo costeiro está diretamente ligada à conservação do patrimônio que o sustenta.

15 Ciência, dados, Cultura Oceânica e inovação

O Ceará possui uma base científica relacionada ao mar construída ao longo de décadas e hoje reforçada por núcleos e laboratórios interdisciplinares, formação profissional e novas plataformas de dados e articulação. O desafio passa a ser conectar conhecimento à decisão pública e às demandas concretas das cadeias produtivas.

Célio Fernando relacionou arte e cultura à inovação e ao pertencimento marítimo, aproximando a agenda da abordagem STEAM e da ideia de currículo azul. A contribuição reforça que a formação para a Economia Azul inclui repertório histórico, literário e cultural, além de competências científicas e tecnológicas. Ao qualificar o "A" da abordagem STEAM, **Célio Fernando** sublinhou que as Artes são o berço da criatividade e, por consequência, da inovação, condição que se torna ainda mais decisiva com o avanço das inteligências artificiais e, em especial, na exploração dos oceanos, em que imaginar cenários ainda não observados antecede a capacidade de investigá-los. **Célio Fernando** destacou também o conceito de Economia Azul Sustentável: a Economia Azul trata do maretório e igualmente do hinterland, dos rios e dos lençóis freáticos, enquanto a sustentabilidade se associa à preservação e à conservação dos recursos hídricos do planeta água.

A Cultura Oceânica precisa ser tratada como política de longo prazo, e não apenas como sensibilização ambiental. Escolas, currículo, ciência cidadã e atividades de campo podem formar uma população mais preparada para compreender conflitos, oportunidades e responsabilidades associadas ao mar.

Thais Pileggi informou que o Programa Escola Azul reunia mais de 760 escolas no Brasil, mas apenas 16 no Ceará no momento do encontro. A proposta é ampliar a adesão de instituições públicas e privadas, da educação infantil ao ensino técnico, conectando-as a uma rede global de projetos de Cultura Oceânica.

André Arsky apontou a possibilidade de desenvolver fornecedores locais de tecnologias marítimas de menor impacto ambiental. Apresentou como exemplo soluções para proteção de embarcações baseadas em componentes de origem vegetal, concebidas para reduzir efeitos adversos sobre organismos e ecossistemas aquáticos. O caso reforça que a inovação azul também pode surgir da adaptação de produtos e processos tradicionais a critérios ambientais mais rigorosos.

André Arsky também ressaltou a importância do cluster marítimo, da articulação com comunidades e da aproximação com redes empresariais e tecnológicas de outros estados. Sua fala conecta sustentabilidade, desenvolvimento de fornecedores e cooperação entre ecossistemas como caminhos para transformar tecnologias em negócios azuis.

Digitalização, inteligência artificial, sensoriamento, monitoramento ambiental e rastreabilidade também ampliam o campo da Economia Azul. São instrumentos que podem aumentar produtividade, transparência e segurança, além de abrir novas oportunidades empresariais.

16 Planejamento, conservação e infraestrutura territorial

Uma Economia Azul sustentável depende da qualidade do território no qual se apoia. O encontro conectou saneamento, bacias hidrográficas, planejamento costeiro, acesso à costa, conservação, segurança e continuidade de políticas públicas. Isso reforça a necessidade de tratar instrumentos como o planejamento espacial marinho e o gerenciamento costeiro como plataformas de pactuação, e não apenas como mapas ou exigências regulatórias.

O planejamento precisa incluir atores com capacidades institucionais muito diferentes. Grandes empresas e órgãos públicos possuem recursos técnicos para participar de processos complexos; pescadores, comunidades tradicionais, praticantes de esportes e pequenos negócios nem sempre. Uma governança legítima precisa criar condições para que essa assimetria não se converta em invisibilidade.

17 Financiamento, governança e segurança jurídica

Fabíola Rocha destacou que a expansão de novas cadeias exigirá capital, estabilidade regulatória, critérios de sustentabilidade e mecanismos claros de repartição de benefícios. Propôs aprofundar a análise de fundos azuis, instrumentos de financiamento dedicados, taxonomia e mecanismos de certificação capazes de apoiar a reindustrialização local e a inclusão socioeconômica.

Também surgiu a preocupação com greenwashing e bluewashing. A sustentabilidade não pode operar apenas como linguagem reputacional. Indicadores verificáveis, taxonomia adequada, transparência e avaliação de impactos são condições para credibilidade perante investidores, comunidades e mercados internacionais.

A governança, por fim, deve ser entendida como capacidade de coordenação. União, Estado, municípios, universidades, empresas, comunidades e organizações sociais possuem competências e interesses distintos. O desafio não é eliminar essa diversidade, mas criar mecanismos que permitam decisão, acompanhamento e responsabilização.



PARTE 04 / ECONOMIA AZUL

Do diálogo às propostas de ação

PARTE IV / AGENDA DE CONTINUIDADE

Matriz preliminar

01	**Propostas com maior maturidade para articulação**	Estruturar discussão sobre cluster marítimo do Ceará; ampliar a rede Escola Azul; desenvolver métricas de retenção de valor e encadeamentos; preparar qualificação para cadeias offshore e marítimas; usar plataformas de conexão e inteligência como a Blue Ceará.
02	**Propostas que pedem estudo de viabilidade**	Distrito de inovação no Pecém; programa estadual de eventos náuticos sustentáveis; instrumentos/fundo azul; mecanismos de certificação; estratégia estadual para serviços da Margem Equatorial e descomissionamento.
03	**Questões estratégicas ainda abertas**	Qual taxonomia azul adotar? Como repartir benefícios? Como combinar crescimento e conservação? Como assegurar continuidade entre governos? Quem lidera a implementação? Quais indicadores devem medir sucesso? Onde a cooperação Portugal–Ceará gera maior valor concreto?

A seleção das prioridades deverá considerar, de forma combinada, o potencial de retenção de valor no território, a capacidade de mobilizar instituições e parceiros, a existência de um primeiro passo executável, a possibilidade de produzir resultados verificáveis e a contribuição para comunidades, qualificação, inovação e conservação.

18 Primeiros encaminhamentos sugeridos

- Selecionar de três a cinco projetos ou frentes prioritárias e, para cada um, registrar o resultado pretendido, a instituição articuladora, o primeiro passo, os parceiros necessários, o indicador inicial e o horizonte de acompanhamento.
- Definir um pequeno conjunto de indicadores de acompanhamento, com linha de base e periodicidade de atualização, para retenção de valor, empregos qualificados, fornecedores locais, projetos articulados, formação e impacto territorial.
- Construir uma agenda Ceará–Portugal vinculada às prioridades selecionadas, definindo para cada iniciativa a capacidade ou recurso mobilizado por cada lado, a instituição articuladora, os parceiros, o primeiro passo e o resultado esperado.

19 Uma agenda transversal Ceará Portugal

A relação com Portugal pode ganhar maior consistência se for organizada por problemas e projetos. Na formação, podem ser explorados programas executivos, formação portuária, engenharia do mar e intercâmbio acadêmico. Em planejamento, há espaço para troca de experiências em ordenamento marítimo e gestão costeira. Em Cultura Oceânica, o próprio Programa Escola Azul oferece uma conexão natural. Em inovação, portos, energias, aquicultura e tecnologias marítimas podem gerar missões e projetos empresariais.

A pergunta orientadora para cada iniciativa deve ser simples: qual capacidade, tecnologia, conhecimento, capital ou acesso a mercado essa cooperação acrescenta ao Ceará, e qual valor o Ceará oferece em contrapartida? Essa reciprocidade é o que transforma relação institucional em parceria estratégica.

CONCLUSÕES

20 O mar como estratégia compartilhada

Os Diálogos Estratégicos não produziram uma lista única de prioridades, e talvez essa não devesse ser a expectativa. O que emergiu foi uma visão mais nítida dos critérios para orientar escolhas: capacidade de reter valor, executar projetos, integrar o território, qualificar pessoas, conservar os ativos naturais e coordenar instituições e atores.

A diversidade das intervenções também revelou que nenhuma instituição, setor ou nível de governo possui sozinho a capacidade de transformar esse potencial em estratégia. A pesca precisa conversar com tecnologia e mercado. Energia precisa conversar com portos, indústria, comunidades e planejamento. Turismo precisa conversar com saneamento e conservação. Educação precisa conversar com pertencimento e futuro do trabalho. Financiamento precisa conversar com critérios de sustentabilidade e desenvolvimento territorial.

> “O Ceará já possui uma Economia Azul. O desafio agora é conectá-la, ampliar o valor que ela gera e fazer com que uma parcela maior desse valor permaneça no território e se transforme em desenvolvimento.”
>
> Tese de síntese da publicação

Se essa leitura estiver correta, o próximo passo dos Diálogos Estratégicos não é produzir mais um inventário de potencialidades. É escolher algumas interseções em que a cooperação possa gerar resultados demonstráveis, e começar a construir, a partir delas, uma agenda compartilhada para o mar do Ceará.

FONTES DOCUMENTAIS E AUTORIAS

Documentos e contribuições utilizados

Este relatório foi elaborado a partir dos materiais reunidos na biblioteca “Diálogos Azuis”, do caderno de participação e contexto, da transcrição do encontro realizado em 1º de setembro de 2026 e das contribuições complementares encaminhadas pelos participantes.

- André Arsky
- Anya Ribeiro
- Armando Abreu
- Carlos Maia
- Célio Fernando
- Cibele Gaspar
- Clivânia Teixeira
- Edna Câmara
- Eduardo Fontenele
- Elis Treidler Öberg
- Fabiola Rocha
- Felipe Goyanna
- Heyner Fortunato
- Irineu Guimarães
- Jamiro Dias de Oliveira Junior
- Luiz Eugênio
- Marina Rocha
- Patrícia Campos
- Ricardo Parente
- Roberto Gradvoll
- Rômulo Alexandre Soares
- Thais Pileggi

IDENTIDADE DO EVENTO

Marcas e parcerias

Marcas reproduzidas a partir dos arquivos oficiais do evento.

REALIZAÇÃO

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL PORTUGAL CEARÁ

PATROCÍNIO

bld Urbanismo

DESTINOS OBJETIVOS CIDADANIA EUROPEIA

Hotel Sonata de Iracema
Sinta-se em Casa

CAIX PESCADOS

Nova Era CONSULTORIA ADUANEIRA

ricarte urbano
INTELIGÊNCIA CONTÁBIL & TRIBUTÁRIA

TECER Terminais Portuários Ceará
TECNOLOGIA A SERVIÇO DA LOGÍSTICA

TERMACO

Qair

CENERGIAS PARTICIPAÇÕES

Prática EVENTOS

IDENTIDADE DO EVENTO

Apoio institucional

Marcas reproduzidas a partir dos arquivos oficiais do evento.

APOIO

APSV ADVOGADOS

CBACE
Câmara do Comércio, Indústria e Turismo Brasil/Argentina no Ceará

CÂMARA SETORIAL DA ECONOMIA AZUL

CÂMARA DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E AGRO Ceará-Israel

AMCHAM

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ

PARCEIROS DE MÍDIA

TERRA DAS OPORTUNIDADES

CENÁRIOS COMUNICAÇÃO

PLATAFORMAS DIGITAIS

O diálogo continua.

Acesse os canais do projeto e mantenha-se conectado às iniciativas da Economia Azul.

ACESSOS OFICIAIS

01 / COMUNIDADE

Blue Ceará

Conexões, iniciativas e oportunidades da Economia Azul.

blue-ceara.mn.co/

ACESSAR BLUE CEARÁ →

02 / PROJETO

Diálogos Estratégicos

Informações e conteúdos sobre o projeto Economia Azul.

dialogos-estrategicos.netlify.app/economia-azul/

ACESSAR O PROJETO →

DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS / ECONOMIA AZUL

Câmara Brasil Portugal no Ceará · Outubro de 2026